



**Financeira Alfa S.A**

**Demonstrações Financeiras Individuais Preparadas de Acordo  
com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às  
Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do  
Brasil**

**30 de junho de 2022**





**FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**

**CNPJ/MF Nº 17.167.412/0001-13 CARTA AUTORIZAÇÃO Nº40 DE 04/03/1.955**

**SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO-SP**

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Senhores Acionistas,**

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras, intermediárias de 30 de junho de 2022, da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do respectivo Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia no semestre. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

### **CENÁRIO ECONÔMICO**

Os primeiros seis meses de 2022 serão lembrados pela guerra da Ucrânia, mas o evento mais importante para a economia mundial foi o início da elevação dos juros pelo banco central americano (FED). A Covid-19 passou, como esperado, de uma pandemia para endemia, pelo menos no Ocidente, porque a China manteve a sua política de tolerância zero com a doença e, o que vimos ao longo do primeiro semestre do ano foi o "abre e fecha" de cidades importantes como Xangai e Pequim. No Brasil, os ativos acompanharam a "montanha russa" internacional, com os problemas locais só começando a "fazer preço" mais para o final de junho.

Mal o mundo havia se recuperado do choque de oferta da pandemia da Covid-19 e as projeções indicavam um arrefecimento da inflação nas principais economias mundiais, tivemos a invasão da Ucrânia por tropas russas. Esse poderia ser apenas mais um episódio de truculência do país "herdeiro" do espólio da União Soviética com relação às antigas repúblicas do império soviético, como a própria invasão da Criméia por tropas russas em 2014, se não fosse a inesperada reação dos países ocidentais. Ao contrário do que certamente Vladimir Putin esperava, o seu movimento belicoso para com a Ucrânia, ao invés de causar uma racha na principal organização militar da Europa, a OTAN<sup>1</sup>, uniu como nunca nas últimas décadas os EUA e os seus parceiros europeus. O resultado foi a imposição de uma série de sanções que geraram outro choque de oferta, dessa vez no mercado de energia, reavivando os temores de uma espiral inflacionária.

Para piorar a situação, que já parecia bastante ruim, a China manteve a sua política de tolerância zero com relação à Covid-19, ao contrário da maioria do resto do mundo que decidiu conviver com a doença como fosse outra perigosa qualquer. Com isso tivemos o fechamento total de Xangai, a maior cidade da China, e parcial de Pequim, a sua capital. O resultado foi um novo desarranjo nas cadeias produtivas com falta de matérias primas e problemas de logística.

Nesse cenário em que os choques de oferta se sobrepunham e a demanda dava mostras de aquecimento, o FED deu a largada para o seu processo de elevação dos juros em março. Inicialmente, o discurso do BC

---

<sup>1</sup> Organização do Tratado do Atlântico Norte, na sigla em português;



americano era que a elevação de preços poderia ser controlada por uma política monetária menos expansionista, com a FED Fund (a SELIC americana) não devendo ultrapassar o limite do seu nível neutro (2,5% a.a., segundo o próprio FED). Entretanto, ao longo do semestre a realidade se impôs e, a projeção do mercado de uma taxa ao redor de 2,5% a.a. no final do ciclo em 2023 passou para, pelo menos, 3,5% a.a. ao fim de 2022.

A reação do mercado a esse novo cenário para os juros nos EUA não foi imediata, de modo que, em boa parte dos primeiros seis meses do ano, prevaleceu o apetite ao risco. Entretanto, quando veio, foi forte, com o índice S&P da bolsa americana entrando em *bear market*, fechando o semestre com perdas de 20,6%.

Obviamente os mercados no Brasil não ficariam indiferentes a esses movimentos. O apetite por risco que dominou o mundo durante boa parte dos primeiros seis meses do ano favoreceu os ativos brasileiros. Até a guerra da Ucrânia não foi ruim para o Brasil devido ao seu impacto sobre o preço das commodities, importante item da pauta de exportação brasileira. Com isso, o Ibovespa chegou a acumular alta de 16% no ano e o real valorização de 17,5%, sem que os problemas locais, como as trocas constantes do presidente da Petrobrás, tivessem impactos duradouros sobre os preços dos ativos.

Mas, a correção vista nos mercados internacionais também afetou os preços locais e, no fim do semestre a bolsa brasileira já apresentava queda de 7,9% com relação ao início do ano e o real havia reduzido a sua valorização frente ao dólar para 2,9%. Pesou também para esse resultado, a discussão sobre a PEC 01/2022 que, além de novamente trazer dúvidas com relação a solidez futura da política fiscal brasileira, antecipou de certo modo o debate eleitoral dado o caráter eleitoral da medida denunciado pela oposição.

O 2º semestre de 2022 deverá ser uma continuação do final dos primeiros seis meses do ano, com um agravante, ao cenário externo desafiador deveremos somar à precificação dos ativos locais, os riscos inerentes de uma eleição presidencial extremamente competitiva e polarizada.

## **SUSTENTABILIDADE ESG**

O Conglomerado Alfa tem compromisso permanente com a integridade e a ética na condução de seus negócios. Dentre os princípios que norteiam nossos valores, destacam-se o respeito aos direitos humanos, a gestão responsável dos recursos naturais e a atenção permanente ao desenvolvimento sustentável do País. Para tanto, o Alfa avalia e considera constantemente os riscos socioambientais de suas operações diretas com clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, evitando o envolvimento com setores e organizações que apresentem riscos ambientais, sociais ou de governança significativos ou que não estejam alinhados a seus princípios e valores. Por outro lado, o Alfa tem atuação crescente no financiamento de setores como energia renovável e saneamento, fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o Alfa tem trabalhado para aprimorar a integração da sustentabilidade à sua estratégia de negócios e está em constante aprimoramento das iniciativas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG).

Nossa estratégia ESG é colocada em prática através de cinco pilares, quais sejam: (a) Responsabilidade Social (b) Diversidade, Equidade e Inclusão; (c) Inovação e Sustentabilidade; (d) Compromissos Públicos e Engajamento Institucional e (e) Produtos ESG.

No pilar Responsabilidade Social, fizemos a segunda rodada do programa de aceleração de Organizações Não Governamentais, com a participação da Phomenta e com o auxílio dos colaboradores internos,



desenvolvendo soluções eficientes para desafios trazidos por ONGs selecionadas para essa etapa. Nesta rodada trouxemos organizações que atuam em temas relacionados a Diversidade & Inclusão.

Internamente, criamos mais um grupo dentro do pilar de Diversidade, Equidade e Inclusão que trabalhará nas iniciativas relacionadas ao combate ao etarismo e na inclusão do público 50+ juntando-se aos já existentes grupos de trabalho: (a) Grupo Ônix que trata das iniciativas relacionadas a raça; (b) Grupo Pérola que trata das iniciativas relacionadas a gênero; (c) Grupo Cristal que trata das iniciativas relacionadas à orientação sexual; e (d) Grupo Diamante que trata das iniciativas relacionadas aos PcDs.

Também continuamos com a agenda de conscientização de nossos colaboradores e clientes, organizando *lives* com conteúdos relacionados à diversidade & inclusão, saúde e bem-estar.

Quanto ao Alfa Collab – que é o hub de inovação do Alfa - as startups que participam de nosso programa têm a obrigação de respeitar os dez princípios universais enunciados pelo Pacto Global. Esta condição consta do documento de entrada da *Startup* no Alfa Collab. Ainda, a partir do momento em que a *Startup* passa a fazer parte de nosso portfólio de investimentos, ela fica obrigada a implementar determinadas políticas e práticas em suas operações que visam alcançar a sustentabilidade em seus negócios dentro de um determinado horizonte de tempo. Também foi criado um Cluster de Impacto que abrigará startups que gerem impacto socioambiental positivo e mensurável além do retorno financeiro.

Dentro do Pilar de Produtos ESG, o Alfa foi coordenador da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Allonda Ambiental Participações S.A.- incluindo prestação de garantia firme e estruturação - de todas as etapas do processo, que culminou não só no sucesso da emissão, mas também em sua classificação como *sustainability-linked bonds* - "SLB", no volume de R\$530 milhões.

Outras operações também merecem igual destaque:

(i) Continuamos com as linhas de financiamento para veículos híbridos e elétricos com as quais vínhamos atuando desde o ano passado;

(ii) Disponibilizamos linhas de capital de giro para concessionárias de veículos com projetos fotovoltaicos;

(iii) Lançamos uma linha de financiamento de carregadores elétricos em parceria com a Audi do Brasil;

(iv) Emitimos fianças para debenturistas no valor de R\$50 milhões para projeto de energia eólica da Casa dos Ventos.

Seguimos nossa agenda para termos um segundo semestre ainda mais produtivo, inclusive com a publicação do nosso primeiro relatório de sustentabilidade, sempre visando um crescimento sustentável e inclusivo, promovendo a preservação do meio ambiente e a integração social e assegurando uma boa governança e integridade no ambiente de negócios.



## **DESEMPENHO DAS ATIVIDADES**

### **RESULTADO DO SEMESTRE**

O lucro líquido da Companhia atingiu no semestre R\$ 27.904 mil (1º semestre/2021 R\$ 28.123 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 5,46% (1º semestre/2021 5,81%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 1.036.693 mil (inicial de 2021 R\$ 981.886 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 271,83 (1º semestre/2021 R\$ 273,96).

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 10.446 mil (1º semestre/2021 R\$ 9.892 mil), correspondendo ao valor bruto de R\$ 237,01 (1º semestre/2021 R\$ 224,45) por lote de mil ações preferenciais, conforme nota explicativa às demonstrações financeiras nº 12 letra "b".

### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 1.054.151 mil ao final do semestre (31/12/2021 R\$ 1.036.693 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 10.269,12 (31/12/2021 R\$ 10.099,05).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, homologada em 30/06/2022, aprovou o aumento do capital social para R\$ 517.001 mil mediante a capitalização de igual valor a ser retirado da conta reservas de lucros no montante de R\$ 27.403 mil.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 14,03% (31/12/2021 14,53%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

### **RECURSOS CAPTADOS**

O volume de recursos captados pela Companhia ao final do semestre atingiu R\$ 6.939.054 mil (31/12/2021 R\$ 8.507.019 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 6.935.853 mil (31/12/2021 R\$ 8.502.167 mil) em depósitos interfinanceiros e R\$ 3.201 mil (31/12/2021 R\$ 4.852 mil) em repasses do BNDES e FINAME.

### **ATIVOS E EMPRÉSTIMOS**

O ativo total alcançou R\$ 8.306.676 mil (31/12/2021 R\$ 9.951.832 mil) ao final do semestre. A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 231.815 mil (31/12/2021 R\$ 210.221 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação".

O total da carteira de crédito, incluindo o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" atingiu o saldo de R\$ 5.987.109 mil (31/12/2021 R\$ 5.680.507 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 67.013 mil (31/12/2021 R\$ 55.630 mil), correspondente a 1,10% (31/12/2021 0,97%) do total da carteira de crédito.

O saldo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atingiu R\$ 82.807 mil (31/12/2021 R\$ 78.569 mil), representando 1,36% (31/12/2021 1,37%) do total da carteira de crédito, 32,62% (31/12/2021 34,79%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.



## **OUVIDORIA**

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

## **DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

## **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 10/08/2022, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2022.

## **AGRADECIMENTOS**

É indispensável traduzir o reconhecimento da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 10 de agosto de 2022.

### **DIRETORIA**

#### **Diretor Presidente**

Fabio Alberto Amorosino

#### **Diretores**

Antonio José Ambrozano Neto      Fabiano Siqueira de Oliveira  
Felipe Barbosa da Silveira e Silva  
Marcelo Borba Bauer

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 10 de agosto de 2022.

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Presidente**

Christophe Yvan François Cadier

#### **Conselheiros**

Adilson Herrero      Luiz Alves Paes de Barros

**BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)**

	<b>Nota Explicativa</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>13.074</b>	<b>9.789</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>8.070.374</b>	<b>9.747.401</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	1.851.450	3.856.673
Títulos e Valores Mobiliários	4	198.226	192.323
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	33.589	17.898
Operações de Crédito	6	5.987.109	5.680.507
<b>PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>6 c/d</b>	<b>(82.807)</b>	<b>(78.569)</b>
<b>PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS</b>		<b>(1.164)</b>	<b>(1.187)</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>7</b>	<b>101.788</b>	<b>88.320</b>
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS</b>		<b>97.313</b>	<b>79.899</b>
<b>INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS</b>	<b>17</b>	<b>99.058</b>	<b>97.020</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>20.232</b>	<b>19.786</b>
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>5.422</b>	<b>4.929</b>
<b>DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>(16.614)</b>	<b>(15.556)</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>8.306.676</b>	<b>9.951.832</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)

	<b>Nota Explicativa</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>7.095.364</b>	<b>8.750.738</b>
Depósitos	9	6.935.853	8.502.167
Obrigações por Empréstimos e Repasses	9	3.201	4.852
Instrumentos Financeiros Derivativos	5	156.310	243.719
<b>PROVISÕES</b>		<b>22.193</b>	<b>17.551</b>
Contingencias Tributárias, Trabalhista e Cíveis	10	22.193	17.551
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>11</b>	<b>93.582</b>	<b>120.622</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS</b>		<b>41.386</b>	<b>26.228</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12</b>	<b>1.054.151</b>	<b>1.036.693</b>
Capital Social		517.001	489.598
Reservas de Capital		4.099	4.099
Reservas de Lucros		534.458	544.403
Ações em Tesouraria		(1.407)	(1.407)
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>8.306.676</b>	<b>9.951.832</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.





**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ MIL**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>553.695</b>	<b>232.064</b>
Operações de Crédito	6f	380.098	164.674
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		132.499	18.437
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5e	40.718	47.961
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros		380	992
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(379.729)</b>	<b>(78.079)</b>
Operações de Captação no Mercado		(360.774)	(63.149)
Resultado com Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(206)	(153)
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros		-	(2)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6d	(18.749)	(14.775)
<b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>173.966</b>	<b>153.985</b>
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>34.578</b>	<b>34.068</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias		29.174	28.655
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	17	2.672	3.890
Outras Receitas Operacionais	16a	2.732	1.523
<b>PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(149.487)</b>	<b>(139.509)</b>
Despesas de Pessoal		(74.847)	(71.875)
Despesas Administrativas	16b	(41.557)	(37.423)
Despesas Tributárias		(12.090)	(10.062)
Outras Despesas Operacionais	16c	(20.993)	(20.149)
<b>DESPESAS DE PROVISÕES</b>		<b>(17.359)</b>	<b>(8.320)</b>
Provisões com Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis		(17.359)	(8.320)
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>41.698</b>	<b>40.224</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>		<b>2.619</b>	<b>264</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>44.317</b>	<b>40.488</b>
<b>TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO</b>		<b>(16.413)</b>	<b>(12.365)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>8</b>	<b>(9.510)</b>	<b>(9.075)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(16.022)	21.189
Provisão para Contribuição Social		(10.902)	15.576
Ativo Fiscal Diferido		17.414	(45.840)
<b>Participação nos Lucros</b>		<b>(6.903)</b>	<b>(3.290)</b>
Empregados		(6.903)	(3.290)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>27.904</b>	<b>28.123</b>
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>		<b>271,83</b>	<b>273,96</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM R\$ MIL**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>27.904</b>	<b>28.123</b>
<b>Total Resultado Abrangente do Semestre</b>	<b>27.904</b>	<b>28.123</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM R\$ MIL)  
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31/12/2020</b>	<b>473.930</b>	<b>4.099</b>	<b>505.264</b>	<b>(1.407)</b>	<b>-</b>	<b>981.886</b>
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 31/03/2021	15.668	-	(15.668)	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.123</b>	<b>28.123</b>
<b>DESTINAÇÕES :</b>						
Reservas	-	-	18.231	-	(18.231)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(9.892)	(9.892)
<b>SALDOS EM 30/06/2021</b>	<b>489.598</b>	<b>4.099</b>	<b>507.827</b>	<b>(1.407)</b>	<b>-</b>	<b>1.000.117</b>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	15.668	-	2.563	-	-	18.231
<b>SALDOS EM 31/12/2021</b>	<b>489.598</b>	<b>4.099</b>	<b>544.403</b>	<b>(1.407)</b>	<b>-</b>	<b>1.036.693</b>
AUMENTO DE CAPITAL - AGE 30/03/2022	27.403	-	(27.403)	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.904</b>	<b>27.904</b>
<b>DESTINAÇÕES :</b>						
Reservas	-	-	17.458	-	(17.458)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(10.446)	(10.446)
<b>SALDOS EM 30/06/2022</b>	<b>517.001</b>	<b>4.099</b>	<b>534.458</b>	<b>(1.407)</b>	<b>-</b>	<b>1.054.151</b>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	27.403	-	(9.945)	-	-	17.458

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (EM R\$ MIL)  
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>1. RECEITAS</b>	<b>569.471</b>	<b>247.731</b>
Intermediação Financeira	553.695	232.064
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	29.174	28.655
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(18.749)	(14.775)
Outras Receitas Operacionais	2.732	1.523
Resultados Não Operacionais	2.619	264
<b>2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>360.980</b>	<b>63.304</b>
<b>3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>73.835</b>	<b>60.207</b>
Materiais, Energia e Outros (Materiais de consumo, telefone e água)	2.204	2.205
Serviços de Terceiros	71.631	58.002
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO ( 1-2-3 )</b>	<b>134.656</b>	<b>124.220</b>
<b>5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>1.283</b>	<b>1.187</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>	<b>133.373</b>	<b>123.033</b>
<b>7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>2.672</b>	<b>3.890</b>
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	2.672	3.890
<b>8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>136.045</b>	<b>126.923</b>
<b>9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>136.045</b>	<b>126.923</b>
<b>Pessoal</b>	<b>71.622</b>	<b>64.711</b>
Remuneração Direta	52.810	46.893
Benefícios	13.932	13.337
F.G.T.S.	4.880	4.481
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>31.728</b>	<b>29.591</b>
Federais	30.011	27.840
Estaduais	-	5
Municipais	1.717	1.746
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>4.791</b>	<b>4.438</b>
Aluguéis	4.791	4.438
<b>Outras (Doações Filantrópicas)</b>	<b>-</b>	<b>60</b>
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>27.904</b>	<b>28.123</b>
Juros sobre o Capital Próprio	10.446	9.892
Lucros Retidos do Semestre	17.458	18.231

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ( EM R\$ MIL) - MÉTODO INDIRETO**  
**FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>27.904</b>	<b>28.123</b>
<b>AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>30.915</b>	<b>14.029</b>
- Depreciações e Amortizações	1.283	1.187
- Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	(2.672)	(3.890)
- Provisões para Perdas Esperadas Associada ao Risco de Crédito	18.749	14.775
- Provisão para Passivos Contingentes	17.025	4.060
- Provisão para Desvalorização Outros Valores e Bens	(23)	(17)
- Atualização de Depósitos Judiciais	(1.191)	(292)
- Resultado com Crédito Tributários	(17.414)	45.840
- Resultado com Obrigações Fiscais Diferidas	15.158	(47.634)
<b>(AUMENTO)/ REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>(355.363)</b>	<b>(568.491)</b>
Títulos e Valores Mobiliários	(5.903)	18.413
Instrumentos Financeiros Derivativos	(15.691)	1.103
Operações de Crédito	(306.602)	(554.408)
Provisões para Perdas Esperadas Associada ao Risco de Crédito	(14.511)	(15.587)
Outros Ativos	(13.061)	(17.466)
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(1.552)	(3.172)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	1.957	2.626
<b>AUMENTO/ (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.693.889)</b>	<b>1.032.145</b>
Depósitos	(1.566.314)	1.131.834
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.651)	(1.781)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(87.409)	(107.711)
Contingências Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	(12.383)	(4.867)
Outros Passivos	(266)	23.915
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.866)	(9.245)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(1.990.433)</b>	<b>505.806</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Imobilizados de Uso	(707)	(1.072)
Aplicações no Intangível	(492)	(304)
Alienação de Imobilizados de Uso	36	80
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	1.013	547
<b>CAIXA LÍQUIDO (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(150)</b>	<b>(749)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	(11.355)	(10.114)
<b>CAIXA LÍQUIDO DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(11.355)</b>	<b>(10.114)</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>(2.001.938)</b>	<b>494.943</b>
Caixa e Equivalentes no Início do Semestre	3.866.462	1.347.598
Caixa e Equivalentes no Final do Semestre	1.864.524	1.842.541
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>(2.001.938)</b>	<b>494.943</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2022 – EM R\$ MIL

### 1) ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### (a) Atividade e estrutura do Grupo

O Conglomerado Financeiro Alfa tem suas origens no ano de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e posteriormente criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento S.A., Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. O Banco Alfa de Investimento S.A. é a instituição financeira líder do Conglomerado, a qual controla diretamente a Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e a BRI Participações Ltda.. Além destas entidades, o Conglomerado é integrado pela Financeira Alfa S.A. – C.F.I. (“Companhia”), a qual controla diretamente o Banco Alfa S.A.. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- C.F.I. são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, Santo André e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Companhia possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nestas demonstrações financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa) e Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica).



## **(b) Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 09/08/2022 e aprovadas pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 10/08/2022.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.

Em 28/12/07, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo CPC, dependem de normatização por parte do CMN. Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) com exceção das disposições relacionadas a operações de arrendamento mercantil financeiro, o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e, através da resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional; iii) o ativo e passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo, iv) evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes e, v) as operações de arrendamento mercantil que passaram a ser apresentadas a valor presente em linha exclusiva no ativo.



## 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

**(a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

**(b) Ativo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nºs 5 e 6). A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 6 letras "c" e "d").

**(c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda; e
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria "títulos disponíveis para venda" são registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e





- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, estes valores são obtidos através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

**(d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos".

Os instrumentos financeiros derivativos realizados pela Companhia, com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo).

Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado.

A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 5, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de *SWAP* registrados na B3, classificados como "*Hedge* de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para *hedge* risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.



A efetividade da proteção (*hedge*), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 5 destas demonstrações financeiras.

#### **(e) Operações de compra e de venda ou transferência de ativos financeiros**

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014:

I - Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;

II - Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios; e

III - Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

Na categoria "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

Na categoria "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

Na categoria "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios" devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

**(f) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 17);
- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: veículos e processamento de dados 20%, móveis e utensílios e instalações 10%; e
- Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

**(g) Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**(h) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%); contribuição social. No período de 1º de julho a 31/12/2021 retornando a 15% e 20%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme medida provisória nº 1.034 de 01/03/2021



(convertida na Lei nº 14.183/21); PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia, a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 8 letra "b").

**(i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 6 letra "d");
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 5);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 8 letra "b"); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

**(j) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

**(k) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

**(l) Resultado recorrente / não recorrente:** As políticas internas da Companhia consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia previsto em seu Estatuto Social. Além disto, a Administração da Companhia considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento,



salienta-se que o lucro líquido da Companhia no 1º semestre de 2022, no montante de R\$ 27.904, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

### 3) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A Companhia possui certificados de depósitos interfinanceiros com empresa do Conglomerado no montante de R\$ 1.851.450 (31/12/2021 R\$ 3.856.673) com taxas indexadas a 100% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 29/07/2022.

### 4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### (a) Composição da carteira

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Carteira própria - livres:</b>		
Letras financeiras do tesouro	174.645	147.067
<b>Vinculados a prestação de garantias:</b>		
Letras financeiras do tesouro	23.581	45.256
<b>TOTAL - títulos e valores mobiliários</b>	<b>198.226</b>	<b>192.323</b>

#### (b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

Títulos para negociação (i)	30/06/2022				Valor contábil	Valor de custo (ii)	Marcação a mercado	31/12/2021		
	Até 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080				Valor contábil	Valor de custo (ii)	Marcação a mercado
Letras financeiras do tesouro	48	1.491	190.797	5.890	198.226	198.117	109	192.323	192.369	(46)

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(ii) Valor de custo: representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **“Títulos para negociação”**: O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

- Ajuste dos títulos para negociação obtido entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título “Resultado com títulos e valores mobiliários”.

Os títulos públicos são custodiados na SELIC.

#### (c) Composição dos títulos vinculados

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	11.134	34.827
Títulos dados em garantia em ações judiciais	12.447	10.429
<b>Total</b>	<b>23.581</b>	<b>45.256</b>



## 5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atenderem suas políticas de gestão de riscos. Tais políticas baseiam-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros e de *swap*, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem substancialmente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

### (a) Instrumentos financeiros derivativos:

#### **Hedge de valor justo:**

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Instrumentos financeiros derivativos para Hedge de valor justo	(122.721)	(225.821)
<b>Total</b>	<b>(122.721)</b>	<b>(225.821)</b>

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	4.459	1.163
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	29.130	16.735
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(80.805)	(105.358)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(75.505)	(138.361)
<b>Total</b>	<b>(122.721)</b>	<b>(225.821)</b>

### (b) Contrato de futuros:

#### **Negociação:**

	<u>30/06/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo	Quantidade de Contratos	Valor de Referência	Valor Justo
Compromissos de venda – DI	32.150	(3.164.973)	-	23.110	(2.287.428)	-



(c) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	30/06/2022			31/12/2021		
	Ativo - saldo a receber			Ativo - saldo a receber		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	33.589	33.589	-	17.898	17.898

  

	30/06/2022			31/12/2021		
	Passivo - saldo a pagar			Passivo - saldo a pagar		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	(156.310)	(156.310)	-	(243.719)	(243.719)

(d) O saldo de instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

**Hedge de valor justo:**

	30/06/2022					31/12/2021				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	(24.974)	(51.372)	(50.673)	4.298	(122.721)	(32.439)	(71.756)	(94.869)	(26.757)	(225.821)

(e) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

1º Semestre

	2022			2021		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	40.805	40.805	(18)	47.979	47.961
Futuro	(87)	-	(87)	-	-	-
	<b>(87)</b>	<b>40.805</b>	<b>40.718</b>	<b>(18)</b>	<b>47.979</b>	<b>47.961</b>

(f) O total do ajuste de marcação a mercado registrado foi de:

1º Semestre

	2022			2021		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	-	35.063	35.063	16	108.580	108.596

(g) **Contabilidade de Hedge:** A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de *hedge* a Administração tem por objetivo proteger o *spread* de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de *hedge* pela contabilidade de *hedge*.



**(h) Análise de sensibilidade:** A Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: (a) situação de estresse determinada pela Companhia aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 na data-base destas demonstrações financeiras; (b) situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada; e (c) situação de estresse considerada pela Companhia e com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo estão sendo apresentados por exigência dos órgãos reguladores, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

<b>30/06/2022</b>				
<b>Exposição</b>	<b>MTM - Exposição</b>	<b>Estresse - Alfa</b>	<b>Deterioração de 25%</b>	<b>Deterioração de 50%</b>
		<b>cenário ( a )</b>	<b>cenário ( b )</b>	<b>cenário ( c )</b>
Pré-fixada	(129.713)	(77.049)	(96.192)	(181.577)

<b>31/12/2021</b>				
<b>Exposição</b>	<b>MTM - Exposição</b>	<b>Estresse - Alfa</b>	<b>Deterioração de 25%</b>	<b>Deterioração de 50%</b>
		<b>cenário ( a )</b>	<b>cenário ( b )</b>	<b>cenário ( c )</b>
Pré-fixada	918.205	(54.188)	(58.871)	(110.548)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.



## 6) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

### (a) Composição da carteira de crédito

Setores de atividade:	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado				
Rural	55.318	0,9	63.363	1,1
Indústria	58.093	1,0	82.055	1,4
Comércio	491.746	8,1	974.692	17,0
Instituições financeiras	3.033	-	4.831	0,1
Outros serviços	949.408	15,6	481.161	8,4
Pessoas físicas	4.526.603	74,4	4.136.348	72,0
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>6.084.201</b>	<b>100,0</b>	<b>5.742.450</b>	<b>100,0</b>
Empréstimos	2.847.312	46,8	2.749.724	47,9
Financiamentos	3.232.753	53,2	2.986.660	52,0
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	3.033	-	4.831	0,1
Outros créditos	1.103	-	1.235	-
<b>Total da carteira de crédito</b>	<b>6.084.201</b>	<b>100,0</b>	<b>5.742.450</b>	<b>100,0</b>
Ajuste ao valor mercado - item objeto hedge	(97.092)		(61.943)	
<b>Total global</b>	<b>5.987.109</b>		<b>5.680.507</b>	

### (b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de Vencimento:	30/06/2022				31/12/2021			
	A vencer	Vencidos	Total	%	A vencer	Vencidos	Total	%
<b>A vencer</b>								
- até 180 dias	1.937.356	13.893	1.951.249	32,1	1.867.486	12.595	1.880.081	32,7
- de 181 a 360 dias	941.025	10.355	951.380	15,6	885.250	8.398	893.648	15,6
- acima de 360 dias	3.138.807	33.057	3.171.864	52,1	2.934.084	27.131	2.961.215	51,5
<b>Total vincendas</b>	<b>6.017.188</b>	<b>57.305</b>	<b>6.074.493</b>	<b>99,8</b>	<b>5.686.820</b>	<b>48.124</b>	<b>5.734.944</b>	<b>99,8</b>
<b>Vencidas</b>								
- até 60 dias	-	3.508	3.508	0,1	-	2.978	2.978	0,1
- de 61 a 180 dias	-	4.414	4.414	0,1	-	2.985	2.985	0,1
- acima de 180 dias	-	1.786	1.786	-	-	1.543	1.543	-
<b>Total vencidas</b>	<b>-</b>	<b>9.708</b>	<b>9.708</b>	<b>0,2</b>	<b>-</b>	<b>7.506</b>	<b>7.506</b>	<b>0,2</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>6.017.188</b>	<b>67.013</b>	<b>6.084.201</b>	<b>100,0</b>	<b>5.686.820</b>	<b>55.630</b>	<b>5.742.450</b>	<b>100,0</b>

### (c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:





Níveis de Risco:	30/06/2022					31/12/2021				
	Saldo da Carteira de Crédito (*)			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito (*)			Provisão	
	A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	356.982	-	356.982	-	-	311.198	-	311.198	-	-
A	5.499.278	-	5.499.278	27.496	37.395	5.235.462	-	5.235.462	26.177	37.173
B	135.003	12.281	147.284	1.473	3.889	116.447	10.140	126.587	1.266	3.416
C	15.375	15.943	31.318	940	3.122	13.450	10.839	24.289	729	2.407
D	1.184	8.185	9.369	937	2.809	1.189	6.756	7.945	795	2.382
E	528	4.883	5.411	1.623	2.705	630	4.359	4.989	1.497	2.494
F	1.018	4.548	5.566	2.783	3.895	184	4.090	4.274	2.137	2.991
G	2.357	3.655	6.012	4.208	6.011	2.735	3.983	6.718	4.703	6.718
H	5.463	17.518	22.981	22.981	22.981	5.525	15.463	20.988	20.988	20.988
<b>Total</b>	<b>6.017.188</b>	<b>67.013</b>	<b>6.084.201</b>	<b>62.441</b>	<b>82.807</b>	<b>5.686.820</b>	<b>55.630</b>	<b>5.742.450</b>	<b>58.292</b>	<b>78.569</b>

(\*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

#### (d) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	1º Semestre	
	2022	2021
<b>Saldo inicial do semestre</b>	<b>78.569</b>	<b>66.084</b>
Complemento líquido de reversão	18.749	14.775
Baixas líquidas dos valores recuperados	(14.511)	(15.587)
<b>Saldo final do semestre</b>	<b>82.807</b>	<b>65.272</b>

A provisão atingiu o saldo de R\$ 82.807 (31/12/2021 R\$ 78.569), correspondente a 1,36% (31/12/2021 1,37%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de *hedge*. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

Foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 17.919 (1º semestre/2021 R\$ 17.807) e ocorreram recuperações no montante de R\$ 5.824 (1º semestre/2021 R\$ 5.428).

A renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. Em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, a Companhia concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 30/06/2022, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 36.037 (31/12/2021 R\$ 64.056), equivalente a 0,59% (31/12/2021 1,12%) da carteira.

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 30/06/2022 é de R\$ 69.426 (31/12/2021 R\$ 52.196).



### (e) Cessão de crédito

#### (e.1) Cessões de crédito da Companhia

As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 "e" destas demonstrações financeiras.

Em 2020 a companhia passou a realizar operações de créditos sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada. No 1º semestre de 2021 o volume de transação destas operações correspondiam a R\$ 238.699. Em 2022 não foi realizado este tipo de operação.

#### (f) Rendas de operações de crédito

	1º Semestre	
	2022	2021
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	177.839	101.750
Rendas de financiamentos	198.188	58.989
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.071	3.935
<b>Total</b>	<b>380.098</b>	<b>164.674</b>

### 7) OUTROS ATIVOS

	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	39.651	39.516
Comissões sobre contratos	33.295	26.266
Carteira de crédito - recursos em trânsito	11.046	8.163
Despesa antecipada	9.676	6.856
Bens não de uso próprio	1.244	1.672
Outros	6.876	5.847
<b>Total</b>	<b>101.788</b>	<b>88.320</b>
Circulante	37.574	31.240
Não Circulante	64.214	57.080
<b>Total</b>	<b>101.788</b>	<b>88.320</b>



## 8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### (a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado</b>	<b>37.414</b>	<b>37.198</b>
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(14.966)	(14.879)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	4.178	3.957
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	27	(1.084)
Créditos amortizados para prejuízo	9	(1.707)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.695)	325
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.771)	338
Ativo fiscal diferido	17.414	(45.840)
Obrigações fiscais diferidas	(15.158)	47.634
Outros valores	2.452	2.181
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(9.510)</b>	<b>(9.075)</b>
<b>Sendo:</b>		
<b>Impostos correntes</b>	<b>(11.766)</b>	<b>(10.869)</b>
<b>Impostos diferidos</b>	<b>2.256</b>	<b>1.794</b>
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(9.510)</b>	<b>(9.075)</b>

### (b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	Constituição	Realização	30/06/2022
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	7.020	6.810	(4.953)	8.877
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31.428	13.066	(11.371)	33.123
Créditos amortizados para prejuízo	9.272	1.991	(2.000)	9.263
Outros créditos tributários	5.753	5.501	(6.670)	4.584
Derivativos (*)	26.426	17.356	(2.316)	41.466
<b>Total - crédito tributário ativo</b>	<b>79.899</b>	<b>44.724</b>	<b>(27.310)</b>	<b>97.313</b>
Derivativos (*)	(25.027)	(17.079)	2.010	(40.096)
Outros	(1.201)	(89)	-	(1.290)
<b>Total - obrigações fiscais diferidas</b>	<b>(26.228)</b>	<b>(17.168)</b>	<b>2.010</b>	<b>(41.386)</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>53.671</b>			<b>55.927</b>
<b>% sobre patrimônio líquido</b>	<b>5,2%</b>			<b>5,3%</b>

(\*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas sobre o ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos.

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2022, estimou que a realização do crédito tributário ativo ocorrerá na seguinte proporção:

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5 anos
Realização dos créditos tributários	29%	33%	16%	8%	9%	5%



Em 30/06/2022, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 43.121. Em 30/06/2022 e 31/12/2021 todos os créditos tributários estavam ativados.

## 9) DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Depósitos interfinanceiros (i)	596.572	579.286	4.891.218	868.777	6.935.853
Obrigações por repasses (ii)	492	1.087	1.562	60	3.201
<b>Total de captações</b>	<b>597.064</b>	<b>580.373</b>	<b>4.892.780</b>	<b>868.837</b>	<b>6.939.054</b>
<b>% concentração por prazo</b>	<b>8,6%</b>	<b>8,4%</b>	<b>70,5%</b>	<b>12,5%</b>	<b>100,0%</b>

  

	de 1 a 90 dias	de 91 a 360 dias	de 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	574.803	1.468.383	4.679.835	1.779.146	8.502.167
Obrigações por repasses	619	1.729	2.277	227	4.852
<b>Total de captações</b>	<b>575.422</b>	<b>1.470.112</b>	<b>4.682.112</b>	<b>1.779.373</b>	<b>8.507.019</b>
<b>% concentração por prazo</b>	<b>6,8%</b>	<b>17,3%</b>	<b>55,0%</b>	<b>20,9%</b>	<b>100,0%</b>

(i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 26/02/2031 indexados à taxa pré-fixada que variam de 6,42% a 13,25% a.a. e pós-fixada indexado em 100% a 112,00% do CDI.

(ii) Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 17/10/2022 à taxa pós-fixada 2,02% a.a. mais TJLP. Operações de FINAME com vencimentos até 15/08/2025 à taxa pós-fixada de 2,02% a.a. mais TJLP, e à taxa pós-fixada de 1,33% mais SELIC, pós-fixada de 4,09% até 4,25% a.a. mais TLP - IPC, e pré-fixada de 1,30% até 5,18% a.a., garantidas por contratos.

## 10) PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações em 2022 estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)	Total
<b>Saldo inicial em 01/01/2022</b>	<b>988</b>	<b>14.709</b>	<b>1.854</b>	<b>17.551</b>
(+) Complemento líquido de reversões	-	16.878	112	16.990
(+) Atualização	36	-	-	36
(-) Pagamentos	-	(12.010) (*)	(374)	(12.384)
<b>Saldo final em 30/06/2022</b>	<b>1.024</b>	<b>19.577</b>	<b>1.592</b>	<b>22.193</b>

(\*) Refere-se, basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.



**(a)** As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se registradas no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes", e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 6.910 (31/12/2021 R\$ 6.756).

**b)** As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes", e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia e sua controlada a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 13.368 (31/12/2021 R\$ 13.368).

**(c)** As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "provisão para passivos contingentes". Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 5.989 (31/12/2021 R\$ 4.701), representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

## 11) OUTROS PASSIVOS

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	25.522	40.516
Provisões de pessoal e administrativa	21.299	24.168
Sociais e estatutárias	17.256	17.924
Resultado de exercícios futuros	12.678	7.606
Fiscais e previdenciárias	7.740	23.604
Outros	9.087	6.804
<b>Total</b>	<b>93.582</b>	<b>120.622</b>
Circulante	92.907	119.947
Não Circulante	675	675
<b>Total</b>	<b>93.582</b>	<b>120.622</b>



## 12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

Dividido em 58.736.269 (31/12/2021 58.736.269) de ações ordinárias e 44.206.287 (31/12/2021 44.206.287) de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/03/2022, homologada em 30/06/2022, pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento de capital social para R\$ 517.001 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 27.403.

### (b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995.

	1º Semestre	
	2022	2021
<b>Lucro líquido</b>	<b>27.904</b>	<b>28.123</b>
(-) Reserva legal	(1.395)	(1.406)
Lucro líquido ajustado	26.509	26.717
<b>Juros sobre capital próprio - valor bruto</b>	<b>10.446</b>	<b>9.892</b>
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	(1.567)	(1.484)
Juros sobre capital próprio - valor líquido	8.879	8.408
% sobre o lucro líquido ajustado	33%	31%

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 10.446 (1º semestre/2021 R\$ 9.892), correspondendo ao valor bruto de R\$ 237,01 (1º semestre/2021 R\$ 224,45) por lote de mil ações preferenciais. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R\$ 4.178 (1º semestre/2021 R\$ 3.957) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

### (c) Reservas de lucros

	30/06/2022	31/12/2021
Reserva legal	76.182	74.787
Reservas estatutárias - aumento de capital	368.666	381.612
Reservas estatutárias - dividendos	89.610	88.004
<b>Total</b>	<b>534.458</b>	<b>544.403</b>



#### **(d) Ações em tesouraria - programa de recompra de ações**

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, em 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. Foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2022 era de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.407.

Em 30/06/2022 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON era de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo era de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente.

O valor de mercado das ações, em 30/06/2022, era de R\$ 3,24 por ação ON e R\$ 4,87 por ação PN.



### 13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021	1° Semestre	
			2022	2021
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades</b>	<b>12.925</b>	<b>9.634</b>	-	-
- Controlada	12.925	9.634	-	-
Banco Alfa S.A.	12.925	9.634	-	-
<b>Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros</b>	<b>(5.084.404)</b>	<b>(4.645.494)</b>	<b>(238.739)</b>	<b>(45.558)</b>
- Outras partes relacionadas (1)	(5.084.404)	(4.645.494)	(238.739)	(45.558)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	-	(26)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(5.084.404)	(4.645.494)	(238.739)	(45.532)
<b>Aquisição de ativos financeiros (2)</b>	<b>3.034</b>	<b>4.831</b>	<b>380</b>	<b>1.020</b>
- Controlada	3.034	4.831	380	992
Banco Alfa S.A.	3.034	4.831	380	992
- Outras partes relacionadas (1)	-	-	-	28
C&C Casa e Construção Ltda.	-	-	-	28
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>	<b>(4.504)</b>	<b>(4.974)</b>	-	-
- Controlada	635	1.013	-	-
Banco Alfa S.A.	635	1.013	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	(1.857)	(2.856)	-	-
Alfa Holdings S.A.	(2)	(372)	-	-
Consórcio Alfa de Administração S.A.	(2)	(372)	-	-
Corumbal Participações e Administração	(1.853)	(2.112)	-	-
- Pessoal chave da Administração da entidade ou de sua controladora	(3.282)	(3.131)	-	-
<b>Outras transações</b>	<b>(766)</b>	<b>(631)</b>	-	<b>23.205</b>
- Controlada	(278)	(247)	-	23.205
Banco Alfa S.A.	(278)	(247)	-	23.205
- Outras partes relacionadas (1)	(488)	(384)	-	-
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	35	(27)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A.	(523)	(357)	-	-

Todas as transações entre a Companhia e partes relacionadas são efetuadas a preços e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

(1) Realizadas com pessoas físicas e/ou jurídicas, não se tratando de controladoras, controladas ou coligadas.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à controlada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração.





Em 2022, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$ 859 (R\$ 784 em 2021). No 1º semestre de 2022, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$ 7.853 (1º semestre/2021 R\$ 6.322).

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

**(b.1)** Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
  - a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
  - b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

**(c)** Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 30 de junho de 2022: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

## **14) GERENCIAMENTO DE RISCO**

### **Risco Corporativo**

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa ("Prudencial") sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências, que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial, devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha também o papel de disseminador da



cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.alfanet.com.br](http://www.alfanet.com.br).

### **Risco de Mercado**

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

### **Risco de Liquidez**

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

### **Risco de Crédito**

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência sejam aplicados na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos a Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

### **Risco Operacional**

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional, associado aos produtos e os fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, inadequação de processos internos ou sistemas, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.



## Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação, decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

### 15) ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O Índice de Capital para 30 de junho de 2022 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,03% (31/12/2021 14,53%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Conglomerado Prudencial Alfa.

	<b>Prudencial</b>	
	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Patrimônio de Referência – Nível I</b>	<b>2.708.830</b>	<b>2.647.229</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.708.830</b>	<b>2.647.229</b>
Patrimônio Líquido	2.738.223	2.673.268
(-) Ajustes Prudenciais	(29.393)	(26.039)
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.708.830</b>	<b>2.647.229</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>19.309.536</b>	<b>18.215.203</b>
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	17.557.911	16.133.729
Risco de Mercado	283.965	744.691
Risco Operacional	1.467.660	1.336.783
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>1.544.763</b>	<b>1.457.216</b>
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal</b>	<b>482.738</b>	<b>364.304</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>14,03%</b>	<b>14,53%</b>
<b>Capital de Nível I</b>	<b>14,03%</b>	<b>14,53%</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>14,03%</b>	<b>14,53%</b>

O Banco Central do Brasil, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 30 de junho de 2022, o Índice de Razão de Alavancagem do Conglomerado Prudencial Alfa é de 10,13% (31/12/2021 10,36%).



## 16) OUTRAS INFORMAÇÕES

### (a) Outras receitas operacionais

	1º Semestre	
	2022	2021
Dividendos prescritos	503	505
Atualização de tributos a compensar e depósitos judiciais	1.267	292
Receita com portabilidade de crédito	628	566
Reversão de provisão operacional	333	-
Outras rendas operacionais	1	160
<b>Total</b>	<b>2.732</b>	<b>1.523</b>

### (b) Despesas administrativas

	1º Semestre	
	2022	2021
Processamento de dados	(12.409)	(10.002)
Serviços de terceiros	(7.214)	(6.118)
Aluguéis	(4.791)	(4.438)
Serviços técnicos especializados	(4.168)	(3.110)
Serviços do sistema financeiro	(2.320)	(2.673)
Promoções e relações públicas	(1.827)	(1.198)
Propaganda e publicidade	(2.149)	(3.572)
Comunicações	(1.783)	(1.743)
Depreciação e amortização	(1.283)	(1.187)
Outras despesas administrativas	(3.613)	(3.382)
<b>Total</b>	<b>(41.557)</b>	<b>(37.423)</b>

### (c) Outras despesas operacionais

	1º Semestre	
	2022	2021
Comissões	(9.625)	(8.022)
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(5.477)	(5.348)
SVR - Sistema de Valores a Receber	(1.754)	-
Ressarcimento de custo de origem	(898)	(2.145)
Despesas com créditos inadimplentes	(635)	(678)
Indenização trabalhista e cível	(542)	(2.230)
Prêmio de operações de vendas - ligadas	(90)	(362)
Perdas Operacionais	-	(57)
Outras despesas operacionais	(1.972)	(1.307)
<b>Total</b>	<b>(20.993)</b>	<b>(20.149)</b>



#### (d) Contratação de seguros

O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 109.133 (31/12/2021 R\$ 102.245) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2021 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2021 R\$ 3.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

#### (e) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia, não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

### 17) PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA

Investida	% Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro do Período	Qte de ações ordinárias	Valor contábil do Investimento		Resultado do 1º Semestre	
						30/06/2022	31/12/2021	2022	2021
Banco Alfa S.A	80%	60.638	123.822	3.340	20.304.520	99.058	97.020	2.672	3.890

### 18) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	30/06/2022	30/06/2021
No início do semestre	3.866.462	1.347.598
Disponibilidades	9.789	12.699
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	3.856.673	1.334.899
No final do trimestre	1.864.524	1.842.541
Disponibilidades	13.074	15.417
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	1.851.450	1.827.124
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.001.938)	494.943

(i) Referem-se as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

### 19) OUTROS ASSUNTOS

(a) A Companhia monitora os efeitos desta pandemia nas suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

A Companhia mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.



**(b) Majoração da Alíquota de CSLL:** A Medida Provisória nº1.115 de 28/04/2022, publicada em edição extraordinária do Diário Oficial da União, majora em 1% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável às instituições financeiras no período entre 01/08/2022 e 31/12/2022.

**CONTADORA**

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS  
CRC 1SP 232846/O-2



## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da  
Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos  
São Paulo – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 02 (b) e nº 6, a constituição de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito, obedece aos parâmetros exigidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, divididos em nove faixas de risco, sendo “AA” o melhor rating e “H” o pior rating, que requerem um percentual mínimo a ser provisionado. A Companhia constitui, quando necessário, provisão



acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseiam em análises internas considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação das operações de crédito, formalização das análises, registro nos sistemas, classificação nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H, revisões desses riscos, bem como o processo de apuração e registro das provisões para perda esperada associada ao risco de crédito das operações de crédito.

Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Companhia com base nas políticas internas de crédito, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, e informações relacionadas às garantias obtidas, incluindo os métodos internos e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analizamos o cálculo aritmético incluído na avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, tomadas em conjunto.

#### Provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 02 (j) e nº 10, a Companhia constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação da provisão para demandas judiciais cíveis e trabalhistas é considerada a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento de tribunais, o histórico de perdas e outros critérios adotados pela Companhia. Para determinação da provisão para demandas judiciais fiscais, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas considerando a natureza das ações e com base no julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto a mensuração no reconhecimento ou divulgação das provisões relativos a processos, e aderência à leis e regulamentos requer julgamento significativo da Companhia.

As premissas utilizadas são formalizadas em políticas internas e visam suportar o cálculo da provisão para eventuais perdas. Devido ao grau de julgamento utilizado para a estimativa dos valores envolvidos e à





especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos relativos ao registro das contingências, determinação do risco, cálculo dos valores envolvidos, acompanhamento e encerramento dos processos judiciais.

Por amostragem, avaliamos a adequação dos dados, informações históricas, as premissas utilizadas na mensuração da provisão e das mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores e comparamos os últimos valores constantes da provisão com os valores definitivos dos processos encerrados no período corrente. Adicionalmente, revisamos o cálculo e a suficiência da provisão registrada pela Administração e solicitamos aos assessores jurídicos internos e externos informações relativas aos processos administrativos, tributários, cíveis e trabalhistas, por meio de cartas de confirmação e comparamos as informações recebidas com a posição analítica de contingências da Companhia em relação aos valores envolvidos, natureza da causa, andamento do processo e probabilidade de êxito das ações. Avaliamos a probabilidade de perda atribuída às contingências relevantes, bem como os respectivos valores envolvidos, com base nas avaliações dos advogados externos, e a documentação suporte para o racional considerado pela Companhia na mensuração da provisão para contingências relevantes. Avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos assuntos tributários, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, tomadas em conjunto.

#### Valor de mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos – Estrutura Hedge Accounting

Conforme notas explicativas nº 2 (d) e nº 5, a Companhia calcula o valor de mercado dos seus instrumentos financeiros derivativos tomando como base as informações divulgadas no mercado futuro. A Companhia possui contratos de SWAP (CDI x PRÉ) que, em parte, foram realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos financeiros. Essa estrutura de proteção está classificada como "hedge" de risco de mercado, tendo como item objeto as operações de crédito. As operações de crédito objeto de "hedge" de risco de mercado são mensuradas a valor de mercado. Para cálculo do valor de mercado, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. A mensuração a valor de mercado tanto dos derivativos como do item objeto de "hedge" devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece os critérios para o registro e a avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além das políticas e documentações da Companhia que suportam a designação como "hedge" de risco de mercado e das metodologias utilizadas para mensuração da efetividade do hedge. Devido ao julgamento envolvido para a mensuração dos derivativos e itens objeto de "hedge" e para a determinação das premissas utilizadas consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

## Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e os controles internos adotados pela Companhia para mensuração do valor de mercado dos instrumentos derivativos, do item objeto de "hedge" e para o acompanhamento da estrutura de "hedge". Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os modelos desenvolvidos pelos profissionais da Companhia para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor de mercado com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das estratégias de proteção adotadas pela Companhia incluindo aquelas relacionadas a contabilidade de hedge para preservar o spread das operações de crédito. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia que suporta a designação como contabilidade de proteção, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias, metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Efetuamos ainda o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pela Companhia. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02 e aplicáveis à Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, dos itens objeto de "hedge" e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de



expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de agosto de 2022.

KPMG Auditores Independentes CRC  
2SP-027683/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0



**CONGLOMERADO FINANCEIRO ALFA**  
**Líder: BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.**  
**CNPJ/ME nº 60.770.336/0001-65 e NIRE nº 35 3 0005322 2**

**RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO  
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2022**

---

### **Introdução**

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

Embora os efeitos da Covid-19 tenham diminuído, principalmente pela adesão da população ao programa de vacinação, o cenário econômico em 2022 foi afetado pela guerra da Ucrânia, e também, pelo início da elevação dos juros pelo banco central americano (FED) e brasileiro (BACEN), fatos que trouxeram uma série de desafios para o mercado.

- i. O Banco continuou adotando processos de rodízio e home-office para seus colaboradores, visando assegurar a continuidade das operações e a segurança de seus funcionários,
- ii. Renegociações de dívidas foram efetuadas com a prorrogação no vencimento dos contratos. O Comitê de Risco, baseado no acompanhamento rotineiro do valor da "perda esperada" realizado pela Diretoria de Riscos, constatou um aumento no nível de PDD, entretanto acredita que ainda será necessário um provisionamento adicional para adequar o nível de reservas para o cenário econômico à frente.

### **Atividades do Comitê**

O Comitê reuniu-se 11 (onze) vezes no período de janeiro a junho de 2022 com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, controles internos e compliance, combate à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

### **Administração de Riscos**

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Diretor e Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.



### **Ouvidoria**

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.860, de 23.10.2020 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

### **Controles Internos**

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos considerando-as adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o Compliance Regulatório através do cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

### **Prevenção à Lavagem de Dinheiro**

O Comitê acompanhou as atividades da área de Compliance e Controles Internos relativos às análises reputacionais e verificações KY ("conheça seu"), monitoramento de alertas e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro.

### **Segurança da Informação**

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento das atividades realizadas pelas áreas de Segurança da Informação/TI, Controles Internos e Auditoria Interna, como da implantação de ações que compõem o plano integrado de segurança da informação:

- i) Monitoramento 24x7 - Resposta a incidentes (SOC), em operação desde 01/2022
- ii) Monitoramento e detecção de ameaças (EDR), instalação concluída em 06/2022
- iii) Plano de Conscientização, ciclo de 2022 em andamento
- iv) Ferramenta de inspeção de links no e-mail, ativação concluída em 03/2022
- v) Plataforma de compartilhamento de informações sobre segurança cibernética, contratação concluída em 04/2022
- vi) Análise bimestral de incidentes de mercado (Relevantes), em andamento
- vii) Grupo de Trabalho (SI, Riscos e Compliance), reuniões mensais
- viii) Grupo de Trabalho de Ações Mitigatórias, reuniões semanais
- ix) Outras ações em desenvolvimento para implantação no decorrer de 2022.

### **Auditoria Externa e Interna**

A empresa de Auditoria Externa KPMG Auditores Independentes, é responsável pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30.06.2022; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do primeiro trimestre de 2022.



Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

### **Demonstrações Financeiras**

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2022, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo, 10 de agosto de 2022.

**Adilson Herrero**

**Ciderlene Justino de Souza**

**Paulo Aluizio Machado de Andrade**



## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: **(i)** o Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; **(ii)** o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2022, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e **(iii)** a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos titulares de ações preferenciais.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

São Paulo - SP, 10 de agosto de 2022.

**Ailton Carlos Canette**

**Paulo Caio Ferraz de Sampaio**

**Nelson Marcelino**

**Fernando Pinto de Moura**